

Nadia:

Estou muito feliz de estar aqui. Agradeço à Maison Française, ao François, à Courtney, à Djamila por ter tido essa grande ideia, e à Jordana. Vou tentar falar em inglês com um forte sotaque francês — espero que apreciem mesmo assim.

Quero começar dizendo que tenho aqui um papel com minhas ideias anotadas, mas não se preocupem, não vou lê-lo. Preciso apenas me lembrar do que queria dizer. Quando conheci a Djamila, foi pouco antes da COVID. Naquele momento, na França, o debate sobre a brutalidade policial era muito importante no espaço público. E, claro, essa discussão também tocava diretamente os corpos que eram alvo dessa violência: majoritariamente homens árabes e negros.

Naquele momento, muitos de nós começamos a discutir: o que significa “ser negro” na França? Que tipo de negritude representamos? A negritude, na França, é algo conflituoso — ela carrega diferentes histórias, memórias e relações com a terra. Ser do Caribe francês não é o mesmo que ser de origem africana. Eu, por exemplo, nasci na Europa. Meu pai era do Congo (ex-Zaire) e foi um exilado político que fugiu do regime de Mobutu.

Essa é, para mim, a ironia da história: ele veio da colônia — da DRC colonizada — para viver na antiga metrópole. Cresci com a ideia de que a África era o meu lugar, que a Europa era um desvio da história. Que a história era uma derrota, e que voltaríamos. Meu pai vivia dizendo: “vamos voltar”.

Mas essa ideia do retorno não é a mesma para todos. Para pessoas das Caraíbas, por exemplo: voltar para onde? Em que espaço? O que significa “retornar à África”? É por isso que o próprio termo *diáspora* é tão conflituoso.

Eu sei exatamente onde meu pai nasceu, sei onde foi enterrado seu cordão umbilical.

(*Ela ri.*) Isso pode soar como algo poético — talvez até “muito francês”, como costumo brincar — mas na verdade é uma prática tradicional do Congo.

Em várias culturas da região, enterrar o cordão umbilical marca o vínculo com a terra e os ancestrais.

Quando digo que me chamo Nadia Yala Kisukidi, isso é um nome em kikongo. E, nas comunidades do Congo, as pessoas não perguntam apenas “qual a sua etnia?”, mas “de que parte do território Mukongo você é?”.

Se você não sabe esse lugar, está se desconectando da sua história. Para mim, a África não é uma metáfora. Eu sei onde está a terra do meu pai.

Mas essa experiência concreta da terra e da memória não é central para todos os negros da França — especialmente para quem carrega a memória do Atlântico, do esquecimento forçado pela travessia do meio.

Essas experiências de negritude são diferentes, às vezes até conflitantes. E isso pode tornar difícil compreendermos o que queremos dizer quando falamos “nós, negros”. Não podemos usar sempre as mesmas palavras para expressar nossas experiências.

É aí que começa minha conversa com Djamila. Eu sei que, para ela, é muito importante compreender a experiência da negritude no Brasil sem simplesmente aplicar os conceitos produzidos nos Estados Unidos.

O que também é muito importante para mim: compreender o que aconteceu na África após as independências. Entender o exílio, o que motivou meus pais e os amigos deles a saírem de lá. Tudo isso molda como me relaciono com palavras como “raça”, “negritude” ou mesmo “Europa”.

Desde que estou aqui nos Estados Unidos, há dois meses, tive tantas experiências intensas... Isso tudo ressignificou o que é “ser negra” para mim. A experiência do colorismo aqui é muito diferente da França.

Então, para começar, quero te perguntar diretamente, Djamila: quando você pensa em si mesma, na sua identidade, a África é uma parte viva? A ideia de “diáspora” te faz sentido ou ela ainda é algo abstrato para você?

Nadia:

Sim, foi Lélia Gonzalez quem elaborou esse conceito tão bonito — **amefricanidade**.

No artigo em que apresenta essa ideia, ela escreve algo muito profundo: que os povos negros nas Américas foram esquecidos — e que esse esquecimento não precisa nos aniquilar. Ela propõe que, se fomos esquecidos, podemos também escolher esquecer quem nos esqueceu.

Ela afirma que não vivemos no continente da supremacia branca. Vivemos em outro continente — **um continente forjado a partir da experiência negra-africana nas Américas**, recriado por nossa resistência e criatividade.

Essa ideia é poderosíssima. Ela nos oferece um sentido de soberania simbólica, de imaginação política e estética.

Djamila:

Sim, e Lélia também se opunha à forma como os Estados Unidos impunham o termo “afro-americano” como modelo para todos.

Para ela, era fundamental construirmos uma identidade transnacional entre os povos negros e indígenas da América Latina — e não apenas importar categorias do Norte Global.

No Brasil, infelizmente, as pessoas sabem mais sobre as lutas dos Estados Unidos do que sobre as nossas. Sabem quem foi Martin Luther King, mas não sabem quem foi Maria Firmina dos Reis.

Muitos desconhecem revoltas como a Balaiada, no Maranhão, ou a atuação de líderes negros na resistência à escravidão em várias regiões.

Nossa elite intelectual continua olhando para o Norte. Lélia dizia: **não somos africanos, somos afro-brasileiros — e não somos afro-americanos.** Temos que parar de tentar nos explicar com os conceitos do Norte.

No Brasil, o projeto de miscigenação foi político: apagou a origem negra de práticas culturais. O samba, por exemplo, que nasceu nos terreiros, se transformou em “música nacional” — e, com isso, a sua origem negra foi diluída.

Você caminha por São Paulo e vê clubes italianos, judeus, alemães — todos afirmando sua identidade. Mas nós, pessoas negras, não podemos afirmar que nossa cultura é nossa. Dizem que “é brasileira”. E, ao mesmo tempo que se apropriam dessas expressões culturais como símbolo nacional, o Estado continua negando nossos direitos mais básicos.

Por isso Lélia dizia que o Brasil é uma sociedade neurótica: nos valoriza como símbolo, mas nos nega como sujeitos.

Nadia:

Sim. O Brasil é um país continental, mas, paradoxalmente, isolado. É o único da América do Sul cuja língua oficial é o português. Isso cria um certo distanciamento — até dos vizinhos.

Lélia insistia que precisávamos deixar de olhar sempre para o Norte. Precisamos olhar uns para os outros aqui no Sul — e para nós mesmos.

Djamila:

Sim. Ela nos convidava a reconhecer nossa força. A entender que somos povos negros e indígenas com poder e história — não apenas vítimas.

Eu, por exemplo, me sinto mais próxima de uma mulher negra da Colômbia do que de uma mulher negra dos Estados Unidos. Mas ainda olhamos muito para o Norte. E isso é epistemologicamente perigoso.

Lélia nos alertava contra essa dependência: dizia que tínhamos que criar nossas próprias formas de pensar, a partir da nossa experiência. Ela apresentou seu artigo sobre o papel das mulheres negras numa universidade da Califórnia, nos anos 80. Angela Davis estava lá.

Mas veja que simbólico: até hoje, nos EUA, poucas pessoas conhecem o pensamento da Lélia Gonzalez.

Nadia:

Eu mesma só redescobri a Lélia por sua causa, Djamila. E agradeço por isso. É revoltante ver como o pensamento do Sul raramente circula no Norte. Há uma barreira invisível.

Djamila:

E isso fica muito claro quando pensamos na tradução. Muitas intelectuais negras norte-americanas foram traduzidas no Brasil — inclusive por mim.

Fui parte do movimento que trouxe para o português autoras como Angela Davis e Patricia Hill Collins. Mas o contrário não acontece. Mesmo sendo o país com a maior população negra fora da África — 56% dos brasileiros são negros — ainda somos invisibilizados nas discussões sobre a diáspora. Quando digo aqui que o Brasil é parte da diáspora africana, muita gente se espanta: “Ah, é mesmo? Tem negros no Brasil?”

É como se a América Latina fosse apagada da história da negritude. Mas a verdade é que **a América Latina é negra, é indígena — e pensa.**

Nadia:

E a categoria “latino” também apaga a negritude. Quando dizem que todos somos “latinos”, ignoram as diferenças entre uma mulher negra do Brasil e uma mulher branca do Uruguai, por exemplo.

Djamila:

Por isso Lélia cunhou o conceito de **amefricanidade**: para nomear essa experiência negra nas Américas, sem apagá-la sob o rótulo da “latinidade”. Ela queria que reconhecêssemos nossas lutas comuns — mas sem apagar as especificidades.

Nadia:

Quero compartilhar algo mais pessoal agora, se me permite.

Há dois anos, perdi meu pai. Foi uma dor profunda — ainda é. Mas também foi uma experiência estranha, porque me fez perceber que eu havia vivido dentro de um mito: o mito do retorno. Desde que me entendo por gente, ouvi meu pai dizer que voltaríamos. “Vamos voltar.” A Europa não era o nosso lugar verdadeiro. O nosso país era outro — a África.

Mas quando ele morreu, eu percebi que aquele país para onde “voltaríamos” nunca foi realmente meu. E tive que encarar uma verdade que me desesperou: **eu sou francesa**. Dizer isso foi doloroso. Como se algo tivesse quebrado.

Essa é a complexidade da **fabulação da diáspora**: ela nos permite criar uma narrativa de pertencimento. Uma poética da continuidade. Mas, às vezes, ela também nos afasta da realidade vivida.

Minha vida foi totalmente ocidental: nasci na Bélgica, vivi na Suíça, moro na França, agora estou aqui nos Estados Unidos. Posso dizer: “meu nome é africano”. Posso apontar o lugar onde o cordão umbilical do meu pai foi enterrado. Mas tudo isso é parte de uma construção simbólica — **não vivencial**.

E aí eu me pergunto: o que fazer com essa fabulação? Continuar vivendo nela, ou encará-la como uma metáfora poética de resistência?

Foi nesse momento que entendi: **diáspora, para mim, não é uma questão de identidade. É uma questão política.**

Dizer “sou da diáspora africana” é assumir uma posição crítica dentro da sociedade francesa. É dizer: minha presença aqui carrega uma memória, uma responsabilidade.

Djamila:

Isso é muito importante. Porque uma mulher negra nos Estados Unidos, por exemplo, não pode simplesmente dizer “sou da diáspora africana” nesse mesmo sentido.

A forma como a identidade negra se constrói aqui é diferente. E tem um elemento muito concreto nisso: o **passaporte**. Eu sou brasileira. Quando viajo, entro na fila de “todos os passaportes”. Uma fila enorme. Você, com um passaporte francês, entra por outra porta.

Mesmo que sejamos ambas mulheres negras na diáspora, a nossa experiência é atravessada por esse detalhe — que é, na verdade, uma estrutura.

Nadia:

Sim. E é por isso que precisamos nomear de onde viemos. Porque quando falamos só em “negritude”, corremos o risco de apagar as especificidades.

Eu escrevi um livro sobre isso. Às vezes, na tentativa de nos opormos ao racismo, acabamos criando uma nova homogeneização da negritude. Mesmo dentro da diáspora, somos diversos.

Djamila: Concordo totalmente. E às vezes usamos categorias coloniais para tentar nos libertar do colonialismo. Você contou uma história que me lembrou muito isso — sobre ser chamada de “mundele” no Congo.

Nadia:

Sim... a primeira vez que fui a Kinshasa, fui tomada por um sentimento intenso de retorno. Achei que finalmente estaria “em casa”. Cheguei à noite, fui recebida com afeto. Meus parentes tinham fotos minhas.

Mas no dia seguinte, andando pelas ruas, alguém me viu e gritou: *mundele!* — que significa “branca”, em lingala. Foi um choque. Na França, sou negra. Em Kinshasa, sou branca.

Tentei me explicar. Aprendi até a dizer: “sou preta e branca” em lingala. Mas depois descobri que essa era justamente a categoria usada durante o colonialismo para designar os “evoluídos” — pessoas mestiças ou africanas que haviam sido “educadas” segundo os padrões europeus. Sem perceber, eu estava reproduzindo uma narrativa colonial para justificar minha presença.

Foi humilhante. E só entendi o que estava fazendo quando estudei os arquivos coloniais. Em Kinshasa, a geografia ainda carrega a segregação colonial. O centro é o “bairro branco”, onde ficam as instituições. Minha família vive na cidade “indígena”. Então, quando volto para a França, sou negra. Quando volto ao Congo, sou “mundele”. Essa ambivalência me ensinou muito. A experiência racial é profundamente contextual.

Djamila:

Sim, e é por isso que precisamos **politizar** essas experiências. No Brasil, temos o racismo, o colorismo, a miscigenação. Tudo isso afeta como somos vistas — e como nos vemos.

Nadia:

E isso me leva a uma pergunta sobre feminismo. Hoje, especialmente neste país, estamos vendo mulheres negras — acadêmicas, intelectuais — sendo atacadas. A extrema-direita se apropriou do discurso da opressão. Se diz “oprimida”.

E nesse contexto, vejo ressurgir a ideia de que “mulheres” podem formar um sujeito político unificado. Mas será mesmo possível? Será que ainda faz sentido falar em um “nós, mulheres”, que inclua todas sem distinção?

Nadia:

Estamos vivendo um momento difícil. Não só na França, mas em toda a Europa. A extrema-direita está se fortalecendo — e uma das estratégias que ela tem usado é se apropriar da linguagem da opressão.

Eles dizem: “somos vítimas”, “estamos sendo silenciados”. Invertem o discurso. E, com isso, **intelectuais negras vêm sendo perseguidas publicamente**.

Uma amiga nossa, Maboula Soumahoro, foi alvo de um ataque da extrema-direita por ter sido convidada a falar no Parlamento Europeu sobre antirracismo. Disseram que ela era “racista reversa”, “anti-branca”, “antisemita”.

Estamos num momento em que **a própria ideia de universalismo está sendo usada como arma contra quem tenta nomear as diferenças**.

Nesse cenário, me pergunto: ainda é possível falar em “nós, mulheres”? Ainda existe um sujeito político chamado “mulher”?

Djamila:

Essa pergunta é essencial. E é exatamente por isso que o feminismo negro é tão importante. Porque ele surgiu dizendo justamente isso: **qual mulher?**

Claro que todas podemos ser afetadas pelo machismo. Mas não da mesma forma. Uma mulher branca rica e uma mulher negra pobre vivem experiências radicalmente distintas — e têm projetos políticos diferentes.

O conceito de **interseccionalidade**, criado por Kimberlé Crenshaw, é central aqui. Muita gente nos acusa de “dividir o movimento”. Mas o que estamos fazendo é **nomear uma divisão que já existe na sociedade** — causada pelo racismo, pelo sexismo, pelo capitalismo. Estamos apenas dizendo: para transformar o mundo, precisamos reconhecer essas divisões.

Nadia:

E no Brasil, como essa ideia foi recebida?

Djamila:

Com resistência. O Brasil tem uma tradição marxista muito forte, que sempre colocou a classe como a principal estrutura de opressão. Mas as feministas negras disseram: sim, a classe importa. Mas a raça e o gênero também importam — e estão entrelaçados.

A mulher negra está na base da sociedade brasileira. É ela quem concentra os piores indicadores: violência, informalidade, trabalho doméstico. Muitas ainda trabalham como empregadas domésticas — e são as mais vulneráveis socialmente. Quando dizemos isso, ouvimos: “ah, vocês estão fixadas na identidade”.

Mas ninguém diz que **a branquitude é identidade**. Ninguém chama a masculinidade de “particular”. O feminismo branco se vê como universal. O feminismo negro, como específico.

Mas a verdade é que o feminismo negro **produziu ferramentas analíticas muito mais abrangentes**. Ele mostra que talvez nem todas as mulheres estejam no mesmo projeto político.

Nadia:

Isso é revolucionário. Porque desloca o centro da discussão. Não se trata de criar uma nova identidade fixa — mas de dizer: **existem formas diferentes de viver a opressão e, portanto, de resistir a ela**.

Djamila:

E também é importante dizer que **existem diferentes formas de resistência**. Nem toda resistência é pública. Nem toda mulher negra vai escrever livros ou dar palestras.

Minha avó, por exemplo, era muito calada. Mas ela resistia cuidando, criando filhos, mantendo a casa em pé.

Hoje em dia, há uma tendência entre os mais jovens de cobrar das gerações anteriores: “por que vocês não falaram nada?” Mas às vezes, o silêncio foi a única forma de sobrevivência.

Se hoje nós podemos falar, é porque elas resistiram em silêncio. Meu pai era comunista. Me colocou para aprender inglês quando eu era criança. Dizia: “você vai aprender a língua do inimigo”.

Me ensinou a jogar xadrez. Me levou para reuniões do Partido Comunista em Santos. Mesmo assim, muitas vezes ele se calava. Não porque era covarde. Mas porque precisava garantir nosso sustento.

Resistência não é só luta aberta. É também cuidado. Cansaço. Espera. Disciplina. Persistência.

Nadia:

Você tem toda razão. Às vezes me pergunto: será que me tornei cômoda? Hoje estou num lugar confortável. Tenho reconhecimento. Tenho uma voz. Mas não quero me

esquecer de onde vim. Nem me conformar com um sistema que está ruindo. Se não criarmos novas formas de imaginar o mundo, seremos engolidas.

Participante do público (Mayra):

Boa noite. Sou Mayra, estudante de pós-graduação. Nasci em Nova York, mas sou porto-riquenha — e cresci entendendo que minha existência era resultado direto do colonialismo.

Sempre tive dificuldade em falar sobre isso. Por isso, agradeço muito a vulnerabilidade de vocês ao compartilhar suas vivências como mulheres negras na diáspora. Queria perguntar algo mais pessoal: vejo diferença entre ser uma mulher negra e ser uma mulher negra radical.

Porque, às vezes, há uma elite negra com acesso a privilégios, e eu não me sinto parte disso. Cresci sem dinheiro, sem status, sem acesso. Acho que, só por sermos negras e colocarmos nossa voz no mundo, já estamos sendo radicais.

Queria saber o que vocês pensam sobre isso. Existe mesmo essa diferença? E como vocês veem a relação entre falar, resistir, ocupar espaço e viver o próprio silêncio?

Nadia:

Sua pergunta é muito importante. E confesso que estou vivendo exatamente esse dilema agora. Hoje tenho uma posição institucional, um certo reconhecimento. E, às vezes, me pego pensando: **será que fiquei cômoda?**

A extrema-direita está organizada, atuante, e nós... talvez tenhamos nos acomodado. Não falo isso como culpa. Mas como autocrítica. Tive acesso a espaços onde pude crescer, refletir, pensar — mas também fui, de certo modo, domesticada por eles.

É o que chamo de “lugar da preguiça”: não por falta de esforço, mas por conforto estrutural. E isso é um privilégio. Um privilégio que pode nos anestesiá-lo.

É duro reconhecer isso — mas é necessário. Precisamos reconstruir nossa **imaginação política**. Não podemos só reagir. Precisamos propor. Imaginar. Criar outro mundo.

Djamila:

Sim. E isso que você trouxe também ressoa muito comigo. Nos Estados Unidos, os grupos racializados muitas vezes se fragmentam, se atacam — mesmo enfrentando o mesmo sistema.

É comum ver uma pessoa negra atacando uma pessoa indígena, ou latina, ou vice-versa. Em vez de se unirem contra a estrutura, se voltam umas contra as outras. E eu entendo que cada grupo tem sua dor, sua história. Mas precisamos construir pontes. No Brasil, tento fazer isso no meu trabalho editorial.

Sim, publico exclusivamente autoras e autores negros. Mas **não só sobre negritude**. Estamos construindo um projeto de sociedade — não apenas de identidade. Meu projeto

editorial acolhe todas as pessoas que se reconhecem nessa luta. E quanto a ser “uma mulher negra que fala”... Olha, isso é fruto de muito treino.

Fui criada para o silêncio. Mas desde cedo tive contato com movimentos sociais. Aprendi a falar porque precisei — e porque tive referências. **Ser uma mulher negra que fala em público é uma afronta ao sistema.**

Mas também não podemos julgar quem não fala. Às vezes, o silêncio é uma forma de resistência. Meu pai era um homem forte, politizado. Mas muitas vezes precisou engolir sapos. Não por covardia — mas por sobrevivência.

Se hoje estou aqui, é porque ele ficou quieto quando precisou. Então é importante entender que **há muitas formas de resistir**. Falar. Ouvir. Cuidar. Ensinar. Cozinhar. Traduzir. Escrever. Lembrar. Não somos heroínas. Somos humanas.

E o que nos move é o desejo de não deixar tudo isso se perder.

Djamila (encerramento):

Essa é minha última atividade pública aqui nos Estados Unidos antes de voltar ao Brasil. Quero agradecer muito à Nadia por essa conversa, que foi mais do que uma fala — foi um reencontro. Levo tudo isso comigo. E espero que a gente se veja de novo, em outro lugar, com outras palavras.

Nadia:

Obrigada a você, Djamila. Obrigada a todos e todas que estiveram aqui. Esse é o tipo de espaço que nos lembra por que ainda vale a pena pensar e falar.